

CONSELHO ESTRATÉGICO DE INFORMAÇÕES DA CIDADE

Ata da reunião de abril de 2022

Nesta data, reuniu-se por convocação do presidente em exercício do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), o Conselho Estratégico de Informações da Cidade (CEIC), órgão colegiado da estrutura do IPP, de acordo com a Lei 2.689, de 01 de dezembro de 1998, com a seguinte pauta:

Reinvenção da Cidade: Interação, Equidade, Planeta

O encontro foi realizado de maneira presencial, no auditório do Instituto Pereira Passos. O Diretor-Executivo do IPP, Carlos Krykhtine iniciou a reunião, explicando o tema do encontro e sua importância.

Carlos Krykhtine: “Hoje estamos trazendo o professor Sérgio Magalhães que lançou seu livro e nos brindou com mais uma publicação. Ele vai falar um pouco sobre os assuntos que ele aborda e espero que seja uma conversa prazerosa para todos”.

Em seguida, a palavra foi passada para o Professor Doutor Sérgio Ferraz Magalhães, autor do livro “Reinvenção da Cidade: Interação, Equidade, Planeta”. O professor saudou a todos e iniciou sua apresentação.

Sérgio Magalhães: “Quero agradecer pela presença de todos e pelo convite que o Washington me fez. Fico muito contente de estar aqui. Essa é minha casa original na Prefeitura. Participei por algum tempo do Conselho, então quero saudar os conselheiros. O que eu vou apresentar aqui é uma síntese das preocupações e das possibilidades que eu vislumbro para as cidades, principalmente, para a cidade do Rio de Janeiro”.

- Apesar da publicação ser recente, ela reúne materiais antigos e recentes produzidos pelo autor. O livro tem origem no pós-pandemia;

Sérgio Magalhães: “Em abril de 2020, eu vi uma entrevista do filósofo francês Edgar Morin ao Le Monde, onde ele, aos 99 anos, diz que o pós-pandemia será um lugar ainda incerto, onde as forças do bem e as forças do mal, que ele identificou, entrarão em conflito e que em uma situação como essa, o improvável pode acontecer. O improvável seria a vitória das forças fracas. Mas, podendo acontecer, é nosso papel, nosso dever, tratar para que elas sejam bem-sucedidas e que possamos construir um mundo melhor, mais justo e menos desigual. Eu fiquei muito motivado por essa expressão do Edgar Morin, tanto que ela foi incorporada, em parte, aos debates que o Congresso Mundial de Arquitetos, que realizamos em 2021 tratou, ao debater, alguns dos aspectos dessa pressão urbana. E me motivou a escrever este livro”.

- Estamos em um contexto de que, desde 2008, os grandes mercados internacionais, sobretudo os de moradia, nos fizeram ver a impossibilidade de seguir em um rumo de hegemonia financeira neoliberal, enquanto parcelas crescentes da população ficam cada vez mais desassistidas e a desigualdade de renda cresce, cada vez mais;

- A pandemia mostrou que, justamente, essa hegemonia financeira, que era dada como condição para o desenvolvimento geral, é uma panaceia. Porque, o que ficou evidente, é que não há isolamento possível entre esses diversos agentes que constroem o mundo contemporâneo: economia, política, cultura, saúde, planeta e etc. Não há possibilidade de oferecermos protagonismo para um e subalternidade para os outros;

- Segundo Edgar Morin, a intercomunicação é uma questão efetiva, sem a qual não podemos imaginar o futuro;

- O livro trata, no capítulo inicial, de algo que o autor vem observando ao longo de sua vida e interesse político, de um país em que, eleição atrás de eleição, nacional ou local, o tema da cidade, que é onde as pessoas vivem sua vida, não entra na pauta e no debate político;

Sérgio Magalhães: “Mesmo quando a eleição é local, trata-se de temas como saúde, educação e segurança, não se espacializa. Não se coloca no território. Não se vê que isso tem um significado importantíssimo. Essa necessidade de trazer o tema urbano para a pauta política brasileira foi, talvez, a razão mais forte para eu ter publicado esse livro. Eu defendo que não há desenvolvimento possível sem desenvolvimento urbano em um país em que 85% da população mora em cidades”.

- A partir de então, o livro se estrutura em quatro partes: defesa da interação social, equidade, sustentabilidade e as perspectivas das cidades contemporâneas;
- Sobre a defesa da interação social, o autor afirma que cidade é um lugar em que as pessoas precisam se encontrar e fazer trocas sociais, que são as razões essenciais das cidades ao longo da história;
- A essência das cidades, em todas as civilizações, é a possibilidade de haver encontros entre as pessoas. É a troca das diferenças que faz com que a vida urbana seja uma vida de conflitos, onde as pessoas se encontram, equalizam e respeitam suas diferenças. Esse sentido de interação social como uma condição social das cidades é algo que está enfraquecido;

Sérgio Magalhães: “Nós temos construído, nas últimas décadas, espaços de segregação. Uma defesa da interação social, como condição essencial para as cidades, é uma das partes-limite. Nesse particular se inclui a questão dos centros das cidades. Os centros como representação mais forte, justamente dessa condição de identidade coletiva construída a partir de elementos urbanos”.

- A segunda parte do livro trata da equidade, isto é, de como a cidade precisa ser moldada de modo a que todos tenham acesso às condições necessárias para a vida contemporânea. Seja na infraestrutura, serviços públicos ou equipamentos sociais;

Sérgio Magalhães: “Eu não preciso dizer pra vocês, todos sabemos, mas é inaceitável que metade da população brasileira urbana não tenha saneamento adequado e que, na minha avaliação, metade da cidade do Rio de Janeiro esteja sob o domínio bandido. Significa a ausência de Estado, ausência de serviços públicos essenciais, que é a razão da organização político administrativa de Estado. A equidade como defesa da redução das desigualdades sociais, onde incluo também o tema da favela, entre outros aspectos governacionais”.

- A terceira parte trata das condições de sustentabilidade, do planeta e do clima, e de como as cidades têm responsabilidade sobre o tema. O mundo já é majoritariamente urbano, quase a totalidade do Brasil, então a relação entre planeta e cidade é biunívoca;

Sérgio Magalhães: “Nós precisamos compreender as dimensões dos problemas urbanos para podermos fazer com que as cidades correspondam aos ideais da sustentabilidade que hoje estamos compartilhando plenamente”.

- A última parte fala sobre as perspectivas das cidades contemporâneas, sobretudo as brasileiras e em especial o Rio de Janeiro;
- Para o autor, o mais importante nessa compreensão é a constatação de que estamos vivendo um momento de estabilidade demográfica, com redução da taxa de crescimento da população;

Sérgio Magalhães: “O Rio de Janeiro, provavelmente, estará estável nos próximos anos. De todas as metrópoles brasileiras, a cidade metropolitana do Rio de Janeiro é a que menos cresce desde os anos 80 e até 2030, nós vamos construir mais metade dos domicílios urbanos que temos hoje. Vamos acrescentar aos 4 milhões de domicílios urbanos da cidade, que tínhamos em 2015. Vamos acrescentar mais 2 milhões. Isso por conta, não só mas sobretudo, da redução do tamanho

médio das famílias, que vai passar de 3 para perto de 2 pessoas por domicílio. Isso implica em construirmos segundo novos princípios urbanísticos, se não quisermos expandir a miséria. Esse é um desafio essencial para todas as cidades brasileiras”.

- É necessário construir onde a cidade já existe, ou seja, nenhum metro quadrado a mais de expansão da mancha ocupada da cidade, assim como nenhum quilômetro quadrado a mais de desmatamento das florestas;
- Com a expansão do crescimento da cidade, no mesmo modelo em que tem sido construída até hoje, onde as pessoas saem de bairros consolidados para onde está se expandindo, fazendo com que esses bairros percam vitalidade. Assim, teríamos uma cidade empobrecida de um lado e miserável de outro;
- Apesar desse desafio, o Rio de Janeiro tem potencialidades para responder positivamente. Potencialidades na cultura, na mobilidade, na infraestrutura de saneamento e na experiência de recuperar áreas já ocupadas pela população pobre;

Sérgio Magalhães: “Acho que o que Edgar Morin nos propõe em sua entrevista, aos 99 anos, é não só desejável como factível, no contexto em que nos encontramos no Rio de Janeiro. Acho que lideranças políticas precisam ser mobilizadas. Precisamos fazer com que nossos líderes políticos compreendam a enorme dimensão de um protagonismo que eles possam vir a desenvolver em defesa das nossas cidades. Eu estive, há poucos meses atrás, com o inspirador Edgar Morin, que já havia completado 100 anos e fiquei encantado com o encontro pelo sentido de realismo e esperança que um jovem centenário foi capaz de transmitir”.

Neste momento, o professor exibiu uma imagem, em sua apresentação de slides, do quadro “O Combate entre o Carnaval e a Quaresma”, do artista Pieter Bruegel.

- Para o professor, o quadro representa o espaço público, capaz de abrigar uma multiplicidade de ações e interesses com qualidade;
- As linhas de trem do Rio de Janeiro são uma enorme potencialidade que são mal aproveitadas. Sendo bem aproveitadas, transformadas em metrô, elas transformariam também as condições de vida de 70% da população metropolitana a custos baixíssimos quando comparados a investimentos feitos, por exemplo, para a expansão da Linha 1 em direção ao Jardim Oceânico;
- O que se deseja é uma cidade para todos.

Ao finalizar a apresentação, o palestrante agradeceu o espaço de fala. Logo após, o Secretário Municipal de Planejamento Urbano e presidente em exercício do IPP, Washington Fajardo, fez uso da palavra e iniciou a rodada de perguntas.

Washington Fajardo: “Sérgio, é um prazer te receber aqui, a casa é sua, é sempre um prazer te ouvir. Acho que a cidade do Rio de Janeiro tem sempre a necessidade de te ouvir e também de saudar a sua liderança na área urbana. As suas realizações na cidade são para a gente, até hoje, referências. E nessa luta por uma cidade que possa se reencontrar novamente, acho que esse é o espírito da recompackação da cidade, a gente possa também colocar em evidência a necessidade de políticas habitacionais. Eu gostaria de fazer uma primeira pergunta, nesse tema específico, sobre desenho de políticas habitacionais. Que o desejo da recompackação, que é o que estamos buscando arduamente no Plano Diretor e nessa legislação específica do Centro. É interessante que, nesse modelo expansionista, não alcançamos nenhum resultado de ter produzido uma habitabilidade interessante. Na verdade, a expansão trouxe a reboque a precarização da habitação. Ninguém está morando em mais metros quadrados, as pessoas não estão morando em moradias maiores pelo processo expansionista a espelho, por exemplo, pelo processo que teve a expansão americana, onde as pessoas conseguiram acesso a áreas maiores nas suas habitações. O que a gente experimenta é, ao contrário, uma precarização, inclusive as informalidades que vêm associadas com essa expansão desregrada e sem qualidade. Eu queria que você pudesse falar um pouco sobre o tema específico das políticas habitacionais. Havia uma grande expectativa nos anos recentes com a criação do Ministério das Cidades e isso se frustrou. Eu observo que trazer o tema das políticas habitacionais, uma necessidade de ter uma maior variedade de soluções, uma certa matriz habitacional, é ainda entendido, principalmente no âmbito das lideranças políticas,

como um certo luxo de sociedades ricas. Política habitacional, a vocação social, moradia acessível, zoneamento inclusivo, são soluções de cidades ricas e nós não temos a condição de alcançar esse resultado. Vejo uma repetição, uma insistência até irritante dessa ideia atrelada da expansão como um modo de produzir riqueza. Queria que você pudesse falar um pouco mais, especificamente sobre esse tema que é uma matéria de domínio seu. Obrigado.

Sérgio Magalhães: “Washington, obrigado. Você citou uma coisa que é crucial: nossa história nos disse que a cidade que cresce é uma cidade progressista. Quando eu nasci, o Brasil tinha 2 milhões de domicílios urbanos e a população era de 12 milhões de moradores urbanos. Hoje, a população é de 175 milhões. E os 2 milhões viraram 70 milhões. Então, há uma compreensão na sociedade de que isso significou progresso e, de certo modo, significou mesmo porque chegar na cidade é um desejo legítimo da população que veio do campo mas não é mais uma condição desde os anos 60. A cidade cresce por seus próprios meios, pelos seus próprios valores, porque melhorou a saúde, a educação, tem mais oportunidades de emprego... O que não é um privilégio brasileiro, é uma situação do nosso tempo. Por essa expansão da população tão enorme que aconteceu, em nenhum outro país aconteceu. Ninguém cresceu como o Brasil cresceu proporcionalmente ao longo da história. Pode ser que agora algum país da Ásia esteja assim, mas até muito recentemente não. Então nós constituímos a ideia de que crescer e expandir a cidade é progresso. Agora não é mais assim, parou de crescer a população. Mas reverter essa compreensão é uma coisa politicamente muito difícil. Conceitualmente, precisa de muita conversa e de muita realidade sendo vista. Então, esse é um fator muito importante, Washington. É um enunciado desse problema, de um modo compreensivo pela sociedade, que não está desejosa de ouvir isso. Ela gosta de ouvir o contrário. Segunda questão: concordo contigo também que a habitação precisa ter multiplicidade de respostas, não há de ser uma resposta só. E, sobretudo, que a habitação não é a casa. A política habitacional brasileira, quando existe, acha que habitação é casa. Casa é uma parte da habitação. Habitação é a casa, mas é a infraestrutura, são os serviços públicos, são os equipamentos sociais... Habitação é cidade. E o que o Brasil fez nesses 70, menos 2, milhões de domicílios novos, 80% foi construído, exclusivamente, com os recursos das famílias. Só 20%, um em cada cinco domicílios novos, foi construído com recurso dos governos, dos bancos, da Caixa Econômica, das cooperativas e das empresas privadas. Então, o Brasil formal foi construído com 20%, o Brasil real foi construído como as famílias puderam construir. Mas as famílias só podem construir a casa, elas não podem construir a habitação. Eu costumo perguntar para os meus alunos e vou perguntar aqui pra vocês: quem daqui pode dizer que é proprietário da sua moradia exclusivamente com recursos próprios, sem financiamento, sem herança e sem acertar na loteria? Essa é a média que eu encontro, uma ou duas pessoas. Porque não é possível. Mas as famílias brasileiras tiveram que construir suas casas sem financiamento, sem herança e sem acertar na loteria. Então, nós temos um parque habitacional, composto por moradias, gigantesco e um déficit urbanístico enorme. O Ministério das Cidades tem 20 anos, que pouco produziu, o que produziu, produziu errado porque o Minha Casa Minha Vida é um déjà-vu do BNH piorado. Enquanto se constroem BNHs da vida e Minha Casa da vida, o Minha casa produziu 4 milhões de domicílios em 10 anos. No mesmo período, o Brasil construiu 20 milhões. É uma ausência absoluta de políticas públicas voltadas para compreender essa enorme dimensão. Agora, o que significa isso? O que significa as pessoas terem que construir suas casas? Significa uma perda de energia brutal, que deixa de ser aplicada na educação delas, na saúde, no lazer e no convívio durante uma geração inteira. Às vezes até mais de uma geração. Falta recurso para essa família? Não falta, tanto é que ela construiu. O que falta é a poupança coletiva estar direcionada para ela e não para as empreiteiras e para os governos. Porque tudo que o Brasil produziu pelos governos, produziu na associação entre governo e empreiteira. As empreiteiras não são empreendedoras da habitação. O governo garante a ocupação do imóvel, independente da qualidade dele, da localização, etc. Então, há uma política que exclui a família da decisão da sua moradia. A família que quiser ir para um conjunto residencial, que é a única alternativa que os governos oferecem, precisa ir para aquele conjunto ou então não tem outra alternativa. Ela não tem decisão sobre isso. Ela precisa ter o protagonismo. Não falta dinheiro para as famílias pobres pagarem por um financiamento acessível por sua moradia. O que falta é o financiamento. Algumas famílias não terão recursos suficientes e precisarão de subsídio. Assim como existe subsídio para outros aspectos da economia nacional. A prefeitura tem a responsabilidade de controle urbanístico. A origem das prefeituras e controle urbanístico e edificação. Mas se não houver condições de a família construir na legalidade, não tem como a prefeitura exercer controle

urbanístico. Isso não é de conhecimento da sociedade brasileira porque nós não debatemos o tema urbano. Nós nos isolamos nos nossos procedimentos, a nossa legislação não trata disso. Os Planos Diretores são inespaciais. Eu tive a petulância de estudar o Plano Diretor de 2011 antes dele ser publicado ele estava com duzentas e tantas páginas, depois ele passou a ter mais de trezentas. Mas neste momento em que ele tinha 200 páginas só tinha o artigo 19 que, em parte, falava-se de Madureira, Jacarepaguá, o resto parecia ser de qualquer outra cidade. Não tinha nenhuma especificidade em relação ao Rio de Janeiro. Estou dando exemplo do Plano Diretor porque é a coisa mais local que tem mas, de fato, as nossas legislações não estão atentas ao fato fundamental que é o desenvolvimento urbano. Não estou aqui defendendo desenvolvimento urbano por questões morais ou paroquiais, que seriam perfeitamente defensáveis, mas estou argumentando por um desenvolvimento nacional, capaz de melhorar as condições da população brasileira. Habitação é o que constrói a imagem da cidade, que mostra o que é, efetivamente, uma cidade, seus monumentos são exceções, a regra é a habitação. No entanto, nós estamos completamente alheios a essa condição. O Rio de Janeiro demonstrou que é possível reverter esse quadro. É possível e barato”.

Logo após, o presidente em exercício, Washington Fajardo, abriu o espaço para comentários e perguntas dos conselheiros.

Daniel Mancebo: “É sempre muito bom ouvi-lo. Tem só um ponto que eu gostaria de trazer, para que você pudesse fazer algumas reflexões também: quando a gente fala do adensamento na Zona Norte e da importância disso. Isso é altamente fundamental, acho que até para a sustentabilidade em geral da cidade. A gente sempre se esbarra no processo de degradação que está associado ao esvaziamento e o quanto que há uma necessidade de manutenção das atividades econômicas, fortalecimento e até a potencialização. A gente está falando de centralidades super relevantes como Madureira, Pavuna e várias outras. E, quem sabe, projetos que alavanquem a valorização e o resgate da Zona Norte para que ela possa se manter atrativa. A gente vê uma população muito antiga ali, muitos querendo se manter ainda ali, mas que por outras externalidades acabam seguindo o caminho dos eixos de valorização, para a Barra, para o Recreio e para outros territórios que trazem as amenidades e um nível de valorização importante, do ponto de vista não só de patrimônio mas de perspectiva de vida. Eu queria que você falasse um pouquinho sobre isso, que eu acho que é tão importante ter emprego, ter renda nessa região e também ter algum nível de valorização urbana, ou manutenção dessa valorização urbana, que permita que as pessoas continuem e que a vitalidade, que já é inerente ao subúrbio e à Zona Norte, continue e permaneça”.

Henrique Silveira: “Boa tarde para todas e todos. É um prazer estar aqui assistindo essa aula com o professor Sérgio, vou estar ali na primeira fila para receber um autógrafa daqui a pouco. Sérgio, você falou várias coisas importantes, como sempre, mas sempre te vejo, sempre escuto falar sobre cidade metropolitana e isso instiga muito o nosso trabalho lá na Casa Fluminense. Então, eu gostaria de te ouvir um pouco falar, você disse que traz isso também no livro, dessa perspectiva, talvez a partir de duas possíveis novidades, que acho que temos nesse debate metropolitano, da cidade metropolitana. Um, é o fato de que houve um avanço na legislação e no planejamento, no caso do Rio de Janeiro, depois daquele hiato da FUNDREM, que você participou ativamente desse processo de retomada do planejamento e da governança. Houve um passo, mas também parece que já deu uma estacionada boa a nível de Governo do Estado nessa agenda metropolitana. De outro lado, a gente tem a cidade do Rio de Janeiro, em um outro momento, o Eduardo é prefeito de novo, mas também preocupado em ter um olhar mais regionalizado. Por exemplo, a própria Prefeitura do Rio, hoje tem uma Secretaria de Integração Metropolitana, um pouco colocando a cidade do Rio de Janeiro mais aberta a olhar para o seu entorno. Então, eu queria te ouvir discorrer um pouco mais sobre que caminhos a gente tem sobre isso. E, você já deu mais uma dica, que tem haver, que você fala há alguns anos, no potencial que a gente tem no sistema de trens, com eixo estruturante para o desenvolvimento urbano integrado do Rio. A gente que vive hoje uma grande crise nos transportes, o quanto a gente consegue pegar dessa crise e produzir um outro paradigma de desenvolvimento urbano: mais adensado, aproximando mais a habitação dos meios de transporte de média e alta capacidade. Enfim, seria um prazer te ouvir falando um pouco mais sobre isso. Obrigado”.

Sérgio Magalhães: “Obrigado pelas questões, acho que elas se agrupam bem. A Zona Norte perdeu muita população. Ela não perdeu densidade construída, perdeu densidade demográfica. A ideia é que quem progride e mora na Zona Norte, tem que sair da Zona Norte. Então, se a pessoa tem um pequeno comércio, ou seja uma doceira, ou tenha alguma atividade empresarial pequena e progride, as condições locais, em geral, são inóspitas. Ou ela fica estanke no seu negócio ou ela tem que procurar outro lugar. Só os que são aderentes sentimentais permanecem. Isso é uma tragédia urbana. E, é uma tragédia social também, porque os vínculos essenciais na sociedade, se estabelecem ao longo do tempo. É absolutamente desejável que seja assim. Eu gosto de citar um trabalho do sociólogo Richard Sennett, que publicou um livro chamado “A Corrosão do Caráter”. Ele examinou um grupo social na Nova Inglaterra de pobres, mas não miseráveis, muitos imigrantes, que tinham pequenos negócios, como padaria, carpintaria, sapataria e etc. E examinou a segunda geração, trinta anos depois, que já são todos com nível superior. E, ele andou pelos Estados Unidos, à procura desses da segunda geração e constatou que grande parte deles mudou para vários estados. A média era de quatro mudanças ao longo da vida útil profissional. Mudaram de profissão, de família, de nome alguns. A conclusão a que ele chega, é que eles já não tem ninguém que tenha acompanhado a sua história de vida. Então, as pessoas estão soltas no mundo. E, o filme que ganhou o Oscar no ano passado, “Nomadland”, mostra isso a perfeição. Ora, isso não é bom, isso não traz coesão social, ao contrário. Traz, talvez, o fortalecimento da direita mais radical, como vimos nos Estados Unidos e estamos vendo na França. Porque as pessoas precisam ter um apoio nas suas dificuldades da vida, que sempre existirão. Esse apoio se dá nos vínculos sociais. Então, quando a pessoa se desloca, ela precisa se deslocar com grande capacidade de reconstruir, ou de levar junto, essas condições que são tranquilizadoras para a vida. Eu acho que esse é um aspecto importante. Mas, há também um aspecto, mais grave sob o ponto de vista urbanístico, que é o esvaziamento da Zona Norte esvazia o nó metropolitano. Se você for pegar o mapa, vocês vão ver que a Zona Norte é o nó da metrópole. Seja do outro lado da baía, seja da Baixada Fluminense, seja da Zona Oeste, seja de Jacarepaguá e Barra. A Zona Norte é o que articula. Então, tem dois elementos que eu acho que são importantes para a sua recuperação: é, insisto, a transformação dos trens e metrô, porque funcionando o metrô com qualidade, com estações adequadas, com intervalos pequenos, com conforto e segurança, os bairros vão se fortalecer enormemente. Todas as estações são centralidades, umas regionais, outras mais locais, mas todas são centralidades. Em volta delas, seguramente, vai se estabelecer uma nova energia. A custos ínfimos, quando comparados a qualquer outro projeto. Por isso, eu digo que nos Planos Diretores é essencial, e não houve isso, que esses serviços todos sejam compreendidos como cidade, não compreendidos apenas como prefeitura. O Plano Diretor não é para a prefeitura. O Plano Diretor é para a cidade. Então, se não é atribuição municipal administrar os trens, é interesse da cidade que os trens sejam transformados qualitativamente. Então, a liderança política da prefeitura precisa se unir à responsabilidade das questões federais, por exemplo, aeroporto. Os aeroportos são federais mas são de interesse da cidade e do Estado. Então, não basta não ser atribuição daquela instância pública. É preciso compreender a inter-relação geral. Nesse sentido, a cidade metropolitana é uma só, não pode se dissociar. Belford Roxo, Nova Iguaçu, Caxias, São Gonçalo, Niterói e Rio de Janeiro. Não pode. É um contínuo construído. Segundo aspecto para a Zona Norte: a disposição da Baía de Guanabara muda a história do Rio de Janeiro completamente. E não é uma coisa grave também. Por isso que eu digo que a potencialidade do Rio de Janeiro é muito maior do que outras grandes cidades brasileiras. Porque tem coisas possíveis de serem feitas, com recursos que existem e com capacidade técnica, que também existem, e que podem, de um modo muito razoável, transformar a cidade do Rio de Janeiro e metropolitano. Isso constrói esperança. E, quando a esperança está construída, não há quem segure. Eu acho que a cidade metropolitana, respondendo objetivamente, eu acho que ela, ainda que tenha tido um avanço, eventualmente, de fato, mas eventualmente admito, avanços são previstos na legislação, na prática não. Porque eu vejo ainda o Governo do Estado, estes anteriores, insistindo, por exemplo, na ocupação das fraldas do Arco Metropolitano, o que pra mim é uma tragédia absurda. Ocupar as fraldas do Arco Metropolitano é expandir cada vez mais a miséria. E, o Governo do Estado diz que tem lá 700 quilômetros para ser ocupado. Eu acho também que, nesse aspecto, a cidade metropolitana, por ser uma só, precisa ter uma liderança política forte e essa liderança política não pode ser outra, senão o prefeito do Rio de Janeiro. Não é do governador não, é do prefeito do Rio de Janeiro. O prefeito do Rio de Janeiro precisa entender que a sua cidade não está limitada aos contornos administrativos. Falo isso para o prefeito Eduardo Paes e para os anteriores e futuros também. Não é assim que existe em outros

lugares, temos países que são diferentes. Na França é outra coisa, mas aqui, pela força que tem o município do Rio de Janeiro no contexto metropolitano. Não é que o prefeito do Rio de Janeiro tem que mandar nos outros prefeitos, não é isso. Cada um tem a sua autonomia, mas a liderança encaminha, leva, conduz. Isso é o que nós precisamos ter, até para dialogar com o Governo do Estado. Porque se não, o Governo do Estado fica fazendo uma feira de turismo, como fez no Jockey há 15 dias atrás, que é a coisa mais triste de ver. Lastimável. O Rio de Janeiro, com a capacidade de atração turística que tem. Será que eu respondi a sua pergunta?”

Washington Fajardo: “Sérgio, nós estamos aqui, muito interessados em convidar, cada vez mais e com mais frequência, grandes urbanistas como você. Mas também chamar jovens urbanistas para dialogar, conversar, debater. Eu queria trazer uma pergunta mais corporativa, nesse sentido, sobre a educação dos arquitetos. É algo que eu tenho, de fato, curiosidade. Eu estou afastado dessa área. A minha última experiência foi como substituto na UFRJ em 2005, 2006... Eu fiquei muito impactado, nessa experiência que tive de dois anos nos Estados Unidos, de ver um esforço, não que seja perfeito, mas um grande esforço de produzir multidisciplinaridade e interação com outros ramos do conhecimento. Como está a nossa escola de arquitetura? Você acha que a educação do arquiteto tem uma certa porosidade para ouvir o geógrafo, o economista, o cientista social? Nós temos aqui hoje uma rara oportunidade, eu procuro colocar isso sempre, nós estamos aqui com a Secretaria de Planejamento Urbano, o Instituto Pereira Passos e o Instituto Rio Patrimônio da Humanidade: os institutos de urbanismo junto com patrimônio cultural. Então, eu acho que essa força da multidisciplinaridade nos ajuda a elaborar. Acho que o Plano Diretor já é resultado dessa integração entre diferentes equipes da Prefeitura, que tratam sobre a matéria urbana por perspectivas distintas. Mas, eu confesso que fico sempre preocupado porque no campo da Arquitetura, a produção do projeto e todo o sistema que envolve a produção do projeto, que vai desde a crítica, publicação, a exibição do objeto arquitetônico... Observo que, às vezes, a gente não faz algumas observações, alguma autocrítica ou, especialmente, a gente não vai olhar para alguma dessas falhas de visão no passado. Como está a escola hoje? Você acha que o componente do urbanista tem a atenção devida? Você acha que nós estamos preparando a juventude para poder enfrentar esses desafios urbanos? Se o campo do projeto tem a sua qualidade inerente, a gente vê a qualidade da produção privada. Dá sempre nos nervos ver casas riquíssimas com uma artesanaria sofisticadíssima, com soluções estruturais maravilhosas que a gente não vê mais nos equipamentos públicos, especialmente, a gente não vê na hora da discussão sobre a cidade. Você acha que a escola está lidando com isso? Apresenta um ferramental para esse arquiteto e urbanista jovem?”

Sérgio Magalhães: “Washington, eu defendo o projeto como um instrumento poderosíssimo de construção do futuro, de pesquisa e de produção de conhecimento. O projeto, quando colocado incipientemente, ele vai trazer a contribuição pluridisciplinar. É sobre ele que nós temos que evoluir. Seja na universidade, seja na prática profissional, seja nos governos. Mas, o projeto no Brasil está condenado. Você fala que não vê nos nossos edifícios públicos, a mesma resposta que vê em alguns privados. Privados não precisam ser ricos. Nem os públicos precisam ser ricos para ter soluções de alta qualidade. Eu fui muito feliz de ver que o prêmio Pritzker, o maior prêmio de arquitetura que o mundo oferece, foi conferido esse ano para Francis Kéré, que é um arquiteto de Burkina Faso e que constrói para sua pequena aldeia, sua cidade pobre, com materiais locais, com barro madeira e etc, mas empregando sofisticadíssimas tecnologias. Na madeira, no barro, na ventilação, etc. Então, o que nós temos como potencialidade de resposta, independe da riqueza do patrocinador. Agora, no caso do governo público brasileiro, nós estamos desde 2008 em uma queda vertiginosa de qualificação porque, não sei se vocês sabem, talvez muitos já tenham essa compreensão, que nós não precisamos mais ter projeto para fazer licitação. Basta a empreiteira ganhar e ela que faz o projeto. Ora, não tem como evoluir no interesse da qualidade, da economia, da beleza, da funcionalidade, em um regime desses. Não tem como. Eu até, Washington, tomo a liberdade de fazer uma proposta, pode ser até que eu esteja ‘chovendo no molhado’ e você já esteja tratando disso. Eu vi hoje no jornal, a notícia de que vai se fazer um grande terminal no gasômetro. Que oportunidade para ser um concurso de arquitetura. Para ter uma obra de qualidade, mesmo que tenha percalços que alguns acham que existem, de fato são ínfimos, às vezes até são vantajosos. Não podemos mais fazer essas obras públicas com tão baixa especificidade. O Rio de Janeiro que tem uma história de qualidade arquitetônica insuperável, que

tem os melhores exemplos de arquitetura moderna. O maior exemplo de arquitetura moderna mundial em um Ministério de Educação e Cultura, que tem a primeira Escola de Design do Brasil, a ESDI, que foi capaz de produzir obras ímpares na arquitetura e no design. Não pode se contentar com a mediocridade de hoje, não é possível. Não faz bem a cidade. Como que tem um aeroporto, o Santos Dumont, que tem uma expansão daquela qualidade horrorosa? Como tem o Galeão, que já era ruim, e faz uma expansão pior ainda? Não dá. O Rio demoliu a perimetral, maravilha. Agora tem que fazer jus a esse avanço. Cada obra pública do Rio de Janeiro, tem que ser uma obra que nos encha de orgulho e satisfação. Sejam bonitas, bem feitas, econômicas, bem localizadas. Isso que vai fazer que geógrafos, economistas, engenheiros, sociólogos e etc., evoluam junto com os arquitetos. Porque sem projeto, o arquiteto não é nada. Se não tiver projeto para fazer, seja um edifício, seja na cidade, o que faz o arquiteto? Vai começar a fazer livro, fazer pesquisa, tirar fotografia. A defesa é o projeto. E o projeto não é só um papelzinho ali não. É a ideia. Antes disso, a gente transforma a cidade”.

Não havendo mais considerações dos conselheiros, o diretor-executivo do IPP, Carlos Krykhtine, deu as considerações finais, agradeceu aos presentes e encerrou a reunião do Conselho Estratégico.

A Assessoria de Comunicação tomou notas e elaborou esta Ata. Eventuais correções serão encaminhadas pelos conselheiros e constarão da ata da próxima reunião do Conselho.